

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE  
FONTE DO PEABIRU  
(Biênio 2025/2027)**

Local: Online via Google Meet

Data: 20/01/2026

Horário: 14h

**I. PAUTA:**

- Aprovação das atas anteriores
- Informes gerais
- Regimento Interno
- Representantes do poder público que participarão do conselho.

**II. REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR:**

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, reuniu-se o Conselho Gestor do Parque Municipal da Fonte do Peabiru, de forma on-line via Google Meet, para a realização da 6ª reunião ordinária. Estavam presentes na reunião os seguintes conselheiros: a Coordenadora do Conselho Gestor, Maria Madalena de Vasconcelos, o Coordenador Suplente do Conselho Gestor Guilherme Henrique Silva Pereira, bem como as conselheiras e conselheiros do segmento frequentadores: Carla Fabiane Modesto, Eduardo Abad Barbosa, Erneides Antônio Cursino do Nascimento, Mariana Cristina Moraes da Cunha, Ana Flor de Carvalho, Maisa Sobelman; e conselheira do segmento entidade: Marisia Batista dos Reis representante da Associação Cultural da Comunidade Morro do Querosene; e convidado: Pedro Comuna.

Ao iniciar a reunião, a conselheira Carla constatou que a suplente Maísa solicitava que o encontro fosse gravado. Carla posicionou-se contrária à gravação e favorável à manutenção do registro manual em ata. Ponderando que, em sua visão, a compreensão e a atenção dos presentes são maiores com a escrita. Ao que Maísa respondeu, que Carla estaria julgando que as pessoas não prestavam atenção. Carla por sua vez, explicou que se tratava de sua opinião, não de julgamento, e que considera a escrita mais adequada que a gravação. Manifestou cansaço em relação à prática recorrente, neste Conselho, de transformar em debate opiniões sobre assuntos que são objetivos. E, recordou aos presentes, que Mariana já havia proposto a gravação em reunião anterior, proposta com a qual discordou. Justificou que, em seu entendimento, a inteligência artificial é patriarcal, machista e sexista, porém reconhece que esse debate não cabe no Conselho. Reforçou

que, se a ata deve ser escrita, assim será feito, mesmo sendo um trabalho cansativo, conforme já pontuado por Hércules.

Carla observou que já eram quatorze horas e quinze minutos, solicitando o início oficial da reunião nesse horário, com encerramento previsto para quinze horas e trinta minutos.

Guilherme informou que a reunião estava sendo realizada online porque o Clube Escola, onde realizamos as reuniões anteriores, estava passando por manutenção elétrica. Carla informou que não sabia que a reunião seria online, dirigia-se ao Clube Escola quando foi avisada e retornou para casa para participar virtualmente.

Passou-se à leitura da quarta e da quinta atas. Carla cumprimentou todos e informou que entrou na reunião pelo celular, pois vinha do trabalho. Comunicou que a ata quatro está praticamente concluída, restando apenas inserir as regras específicas da SVMA. A ata já havia sido disponibilizada por e-mail a todos. A única manifestação recebida foi de Marísia, referente ao questionamento sobre a grafia de seu nome.

Durante a leitura, Carla retomou episódio ocorrido no grupo de WhatsApp do Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru, citado na quarta reunião. Relatou que uma pessoa se dirigiu a ela discordando de sua colocação, ao que Carla respondeu que seu posicionamento era apenas solicitar comunicação prévia sobre ações dentro do parque. Na quarta reunião, Carla perguntou quem havia se manifestado no grupo, e Eduardo respondeu que era a suplente Maísa. O registro foi feito em ata conforme o entendimento à época. Pontuou que, como a ata foi disponibilizada previamente, bastaria que Maísa, tivesse dito, "Carla foi eu que falei com você no WhatsApp Maísa", e pronto. Ao que Marísia respondeu "A é você que está errada, tá Maísa", ao que Maísa, concordou, entendi, estou errada, beleza, Carla faz a correção ali.

Carla pondera que não é uma questão de quem está errado ou quem está certo. Ela não conhecia os nomes e por isso estava perguntando. Maísa pontuou que os nomes constam em e-mails e outros registros e que seria uma questão de respeito conhecê-los. Carla respondeu que não é sua obrigação saber de imediato os nomes de pessoas que está conhecendo agora, e que aprenderá com a convivência. Inclusive, por estar participando ao celular, não tinha acesso ao rosto de todos na ocasião, e não sabia quem estava falando com ela. E solicitou, mais uma vez, para que nós nos atentemos a assuntos mais importantes, e comprometeu-se a realizar a correção no ponto correspondente da ata. Quando chega no ponto sobre o episódio acontecido no WhatsApp, escreve, que ficou elucidado que a conselheira representante da Associação Cultural do Morro chama-se Marísia. E a conselheira suplente Maísa, confirmou que foi ela quem se manifestou no WhatsApp.

Durante a leitura, Carla faz uma segunda pausa para explicar que colocou um ponto de interrogação onde Madalena teria dito que conversou com algumas pessoas da terceira reunião, mas não citou nomes. Carla perguntou quem seriam essas pessoas para que pudesse registrar em ata. Madalena respondeu que não iria se recordar, porque são muitas pessoas e muitos conselhos dos quais participa. Ao que Carla argumentou, que quem conversou com Madalena sabia, e solicitou que as pessoas com as quais Madalena conversou, se manifestassem. Houve silêncio.

Ana Flor indagou quem seriam essas pessoas. Madalena disse que eram detalhes e que Carla poderia prosseguir. Carla solicitou novamente que as pessoas se manifestassem, mas ninguém o fez. Madalena pediu que Carla continuasse a leitura.

Carla fez terceira pausa para lembrar a todos os presentes que não foi escolhida a terceira pessoa que será secretária, conforme Liliane informou na quarta reunião, que tem que existir.

Quarta pausa, Carla questionou Madalena se ela trouxe a resposta, como combinado na quarta reunião, sobre a paridade das secretarias no Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru, questão que Liliane ficou de checar juridicamente, de acordo com o edital de fundação do Conselho. Madalena respondeu que não recebeu o retorno de Liliane e que, na ocasião da reunião, Liliane se encontrava de férias. Guilherme acrescentou que Liliane retornaria de férias no dia 28. Madalena solicitou então que, no dia 28, Guilherme enviasse uma mensagem a Liliane questionando sobre esse retorno.

Quinta pausa, Carla perguntou a Guilherme se ele já foi designado oficialmente como suplente de Madalena na gestão do parque. Guilherme respondeu que sim, foi nomeado. Carla questionou se os conselheiros necessitam desse documento. Madalena explicou que não, pois o documento é virtual, público e todos podem acessar. Carla pediu o link para consultar e solicitou a disponibilização desse link para que, na próxima ata desta reunião, seja disponibilizado a todas as pessoas do Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru. Carla considerou importante. Segue link da designação: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/portaria-secretaria-municipal-do-verde-e-do-meio-ambiente-svma-96-de-27-de-novembro-de-2025>

Sexta pausa, Carla perguntou a Madalena e Guilherme se Liliane respondeu sobre a paridade em números do Conselho Gestor do Parque da Fonte do Peabiru. Explicou que essa dúvida persiste desde a primeira reunião: se o número de membros é seis, oito ou nove. Guilherme respondeu que Liliane também não deu essa resposta sobre a paridade jurídica dos membros da prefeitura que devem compor o Conselho Gestor.

Madalena solicitou nova pausa - sétima - pois estava na secretaria e foi buscar a informação sobre a paridade numérica dos representantes da prefeitura no Conselho Gestor. Madalena perguntou quantos somos. Carla respondeu que são seis conselheiros/conselheiras e duas entidades, além de cinco suplentes. Guilherme informou que são quatro suplentes mais uma entidade. Maísa colocou que são cinco suplentes. Carla ponderou que teremos que retificar nas atas anteriores, porque se recorda que só foram citadas duas entidades: Associação Cultural do Morro do Querosene e Grupo Cupuaçu. Contudo, Alexandre está representando o Instituto Nação, portanto são três entidades e não duas.

Guilherme respondeu a Carla que são três entidades, sendo duas titulares e uma suplente. Carla solicitou então que se faça a correção nas atas anteriores e acrescentou que, da sua parte, não tem objeções: quanto mais pessoas e quanto mais entidades participando, maior a democracia. Defendeu, porém, que tem que constar corretamente em ata. Recordou que constaram apenas o Cupuaçu e a Associação.

Eduardo solicitou uma contribuição e disse que, no começo da primeira ata, constam os nomes dos seis eleitos, cinco suplentes, duas entidades eleitas e uma suplente, na primeira página da primeira ata.

Madalena ponderou que a paridade é tripartite: uma parte da sociedade, uma parte do Conselho e uma parte do poder público. Acrescentou que a lei não define de quanto é a obrigatoriedade do poder público.

Madalena afirmou ainda que, como Liliane ficou de passar a informação, não vai atropelá-la, porque fica ruim e não é ético. Disse que vai aguardar Liliane retornar das férias e pediu que Guilherme anote mais essa dúvida e envie um e-mail questionando. Carla expressou concordância, uma vez que a parte jurídica está nas mãos de Liliane, que ocupa essa função na SVMa. Madalena perguntou se poderia ser assim. Carla questionou os presentes, se alguém tinha alguma objeção. Como ninguém se manifestou, Carla prosseguiu a leitura da ata.

Marísia questionou o horário de término da reunião. Madalena respondeu que o encerramento estava previsto para quinze horas e trinta minutos, que havia enviado mensagem a Guilherme, pois o tempo previsto em regimento é de noventa minutos de reunião. Informou ainda, que faltava um terço da ata a ser lido e pediu que Carla concluísse a leitura para que a ata fosse liberada, acrescentando que Guilherme colocaria nos padrões.

Marísia pediu para falar antes, e ponderou que as atas são extensas e que, se forem lidas integralmente, não haverá tempo para a reunião.

Carla posicionou-se dizendo que havia entendido que a aprovação seria feita por e-mail.

Marísia então prosseguiu dizendo que Carla enviou a ata previamente, que quem leu, leu, e fez as considerações. Guilherme, que é o nosso coordenador suplente, fará a adequação aos padrões técnicos, afirmou que após essa adequação chegamos à ata final e que essa ata final ninguém mais altera. Acrescentou que, se não for assim, ficaremos até o final de 2026 aprovando atas. Acrescentou ainda, que estamos falando desde o começo que queremos aprovar o regimento Interno e que, se ficarmos só nas atas e não dermos atenção ao regimento Interno, não teremos nenhuma lei para tratar inclusive das atas e do processo das atas. Afirmou que está um pouco complicado.

Carla argumentou que concorda com Marísia porque disponibilizou a ata com antecedência através do e-mail e o único retorno foi em relação ao nome de Marísia. Como ninguém discordou do conteúdo da ata, entende que a ata já foi aprovada.

Mariana disse que levantou a mão e tinha uma questão de ordem para alinhar o método. Relatou que faz parte de outros conselhos e defende que a ata pode ser mais objetiva. Defendeu que aprovemos a ata por e-mail e só no caso de alguma discordância é que ela venha para a reunião.

O conselheiro Erneides pediu licença porque teria que sair da reunião antes do término. Contou a todos que já conversou com Guilherme e já teve ciência desta ata, e que

depois seria definida a data da próxima reunião, mas que no momento tinha outro compromisso.

Carla perguntou ao conselheiro Erneides se ele leu a ata. Ele respondeu que sim, mas, como Marísia falou, não podemos ficar a reunião toda só lendo ata, podemos resolver de outra forma. Disse que iria se retirar e depois ficaria sabendo, se retirando da reunião às 15 horas e 30 minutos.

Madalena sugeriu fazer um resumo da ata de Carla e perguntou se ela concordava. Carla respondeu que não concordava, justamente porque se ofereceu para fazer a ata porque não estava constando em ata o conteúdo das reuniões.

Carla expressou que concorda com o que foi dito por Marísia e por Mariana, que as atas seriam aprovadas por e-mail. Mesmo porque, ela acabou de ler em ata que foi isso também que foi orientado pela Liliane na quarta reunião. Argumentou ainda que atrasou a ata, atrasou normalmente, afinal foi final de ano, recesso, e aconteceram muitas demandas, mas a ata foi disponibilizada no e-mail. A única pessoa que leu e disse “concordo, só isso aqui que eu não entendi” foi Marísia. As demais pessoas não se pronunciaram.

Madalena interrompeu a resposta de Carla e questionou sobre a escrita da quinta ata, ao que Carla respondeu que já redigiu, mas ainda não encaminhou via e-mail. Madalena seguiu afirmando que estamos na sexta reunião e que Carla está devendo a quinta ata. Carla respondeu que sim.

Ana Flor, argumentou que não estávamos falando sobre o que Carla estava devendo, estávamos buscando uma solução. Disse então, que precisávamos ser objetivos. Acrescentou ainda, que há meio-termo, que Carla não concorda com uma nova redação da ata. Que esta já está redigida. Agora, para as próximas, a sugestão de ser mais sucinta é muito bem-vinda.

Carla pediu concluir sua fala, e disse que só leu a ata porque foi solicitada. Que o que foi dito por Marísia, por Mariana, o que Ana Flor acabou de argumentar e o que Liliane disse na quarta reunião, e nós acordamos, é que atas serão aprovadas através do e-mail. E, só aprovaríamos em 5 a 10 minutos na reunião, a versão final, e ela só fez a leitura da ata porque foi solicitada a fazê-lo.

Madalena disse que ela não fez a abertura da reunião, que não foi ela quem pediu. Ao que Carla respondeu, Guilherme. Madalena insistiu em cobrar a ata da quinta reunião e citou que ainda tem a ata da sexta reunião, que é a reunião que está acontecendo. Carla respondeu sim e questionou por que Madalena estava colocando “o caminhão na frente dos bois.” Ponderou ainda, que precisamos ganhar tempo, ou seja, otimizar. Na própria ata que leu, está escrito que aprovaríamos as atas por e-mail e seriam 5 minutos para aprovar a ata final em reunião, mas quando deram a abertura da reunião solicitaram que ela fizesse a leitura da ata, por isso fez a leitura.

Madalena prosseguiu questionando, quando Carla disponibilizaria a quinta ata. Carla respondeu que seria nos próximos dias.

Por uma questão de ordem, Carla pediu a palavra para falar de outro assunto, informando que redigiu a ata quatro inteira, que é esta, redigiu a ata cinco, e irá redigir a ata seis. Relatou que fez a ata quatro, minuciosa propositalmente, porque as atas um, dois e três, trouxeram muita problemática, pois o que era falado em reunião não era colocado em ata. Afirmou que não aceita não estar registrado em ata o que é dialogado em reuniões, sendo ferida ou não, sendo problema ou não: o que é falado em reunião deve constar em ata. Acrescentou que concorda com Mariana, pela experiência de vida que tem participando de outros conselhos, que essa ata está bem extensa. Afirmou ainda, na última reunião, e quem estava lá escutou, Mariana estava, Eduardo estava, Pedro estava, que não é para fugir do contexto do que está acontecendo entre nós.

Carla firmou que vai concluir a ata, vai conversar com Guilherme para colocá-la nas normas, disponibilizar por e-mail como foi acordado, e todas as pessoas terão acesso à leitura e poderão argumentar. Informou que vai corrigir o nome de Maísa e de Marísia e finalizou essa parte.

Carla informou que necessitava tratar de outro assunto, de extrema importância e urgência. Argumentou ainda, que consta em ata, que precisamos das respostas de Liliane, que Madalena e Guilherme fornecerão quando a mesma retornar das férias. E sobre burocracias, que ela pode resolver internamente com Guilherme. E perguntou se alguém discorda.

Madalena respondeu que estava de acordo. Ninguém mais se pronunciou.

Carla seguiu, afirmando que trouxe um assunto muito importante para tratar, foi pesquisar após a última reunião. Na hora da quinta reunião, teve essa percepção, mas não quis verbalizar para não causar uma pauta fora de hora. Ficou curiosa porque Pedro esteve na última reunião, Eduardo falou sobre o Parque Chácara do Jockey e ela lembrou de um cursinho que fundou na cidade de Londrina quando era jovem. Trouxe esse assunto fundamental para tratar: pena que Liliane não está na reunião, o Estatuto vem antes do regimento Interno.

Carla afirma ainda, que nós conselheiros e conselheiras, temos que nos preocupar em construir o estatuto primeiro, juridicamente falando é o estatuto, e depois do estatuto é que vem o regimento interno. Ela não quis abrir isso na última reunião, porque não teria tempo para o diálogo necessário. Ocasão em que Eduardo citou que o Parque Chácara do Jockey não tem regimento Interno aprovado. Carla foi pesquisar, leu o estatuto da Chácara do Jockey e leu o estatuto do Parque Villa-Lobos. Ficou de conversar com Liliane, foi até a Secretaria e não conseguiu conversar com ela. Inclusive, no dia anterior a esta reunião, Carla esteve na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Infelizmente, não se encontravam Madalena, Guilherme e Liliane.

Liliane, Carla sabia que não estaria porque ela mandou um e-mail informando que estaria de férias. Guilherme não estava lá. Carla pediu para falar com alguém da secretaria. A resposta que recebeu na portaria, foi que mandasse um e-mail para Madalena, pois não havia ninguém na secretaria que pudesse conversar com ela, e eles não a deixariam subir.

Carla está registrando em ata que pesquisou no Google juridicamente o que teve acesso através das falas de Pedro e Eduardo acionou nela a vivência de quando tinha

dezoito, vinte anos: juridicamente, primeiro vem o estatuto e depois o regimento interno. O estatuto é o documento que nos dá o direito de nos constituirmos como parque, de existirmos, e temos nome jurídico para fazermos qualquer coisa. O estatuto é muito mais fácil de fazer do que o regimento, porque é mais um norte. O regimento rege o nosso comportamento entre nós, de acordos entre nós, enquanto o estatuto é estruturante. Como colocou Eduardo na última reunião, o Parque do Jockey não tem Regimento, só tem estatuto. O estatuto é obrigatório para se constituir um conselho. Não adianta querermos ter um regimento sem termos o estatuto, porque o regimento tem que ser embasado no que definir o estatuto.

Então Carla afirma que nós estamos patinando mais ainda.

Carla teve acesso ao estatuto do Jockey na internet, fez a leitura, bem como do Parque Villa-Lobos, pois ambos estão públicos na internet e qualquer um tem acesso livre. Mas se alguém quiser que ela envie, também pode fazer o envio. Fica registrado.

Madalena se manifesta afirmando que terá que sair desta reunião porque às 16h entrará em outra reunião. Carla finaliza dizendo que gostaria de falar sobre esse assunto com Liliane, mas ela se encontra em férias. Madalena partilha que Guilherme fica no Parque Colina de São Francisco, sempre o encontraremos Guilherme lá. Já ela, tem 28 parques sob sua responsabilidade, então não fica na secretaria, ela fica em campo. São visitas técnicas que ela faz nesses parques.

Fica registrado que Madalena saiu às quinze horas e cinquenta e dois minutos.

Carla solicita que, antes que Madalena se retire, ela registre sobre o estatuto como fundamento para implantação do parque. Madalena responde que Guilherme dará continuidade à reunião porque ele é o suplente.

Carla sinaliza que também terá que sair. Guilherme pontua que Eduardo e Mariana estão com a mão levantada.

Eduardo diz que tentou ler a ata, mas não conseguiu porque ela era muito extensa. Eduardo argumenta que, em relação ao parque, a ata tem muito pouco. A sugestão dele é que nós focássemos no parque. Não falamos nem uma vez de Potenza, não falamos nenhuma vez do mato que está crescendo, dos portões, de informações, dos SEIS que estão lá. Falamos sobre as questões internas de cada um pessoalmente. Argumenta ainda que ele pessoalmente não falou palavrão, mas está lá na ata. É um detalhe, mas ele não falou. Carla explica que Eduardo contou que Wanderley o chamou de pilantra. Eduardo concorda. Carla argumenta que Eduardo então não leu direito.

Eduardo diz: Carla não leu o que escreveu, mas enfim, era para ela deixá-lo falar.

Em relação ao regimento Interno, Eduardo argumenta que o Parque do Jockey tem, o que nos rege é uma lei, e a lei que cria os conselhos é o que rege, e o edital também. Argumenta que o regimento Interno daria conta se nós estivéssemos num parque aberto. Como nosso parque não está aberto ainda, ele não tem funcionários, não temos ainda as pessoas das outras secretarias, isso está em lei, isso está em edital. O que a gente vive "aqui " é um conselho que não está falando diretamente sobre o parque.

Carla questiona se Eduardo quer que ela responda, se é uma pergunta.

Em relação à ata, Eduardo argumenta que esse tempo todo que estávamos ali, estávamos falando de coisas pessoais e não do parque. A sugestão dele é que a gente se atenha ao parque, questões que estejam ligadas ao parque. Cada um vai ter uma diferença pessoal. O jeito que Carla disse que ele falou, que ele não colocou as palavras que ela disse, ele acredita que contemplou tudo o que ela disse, não com as palavras dela. Porque quem escreveu foi ele, mas que Carla também, ao escrever sobre o que ele disse, criou um pouco de factóide de como ele agiu na reunião. Parecia um personagem, então ele se sentiu muito exposto dentro de uma coisa que ele não acha relevante na reunião. Mas enfim, o que importa para ele são as questões do parque: o que a gente está fazendo para melhorar o parque, para implantar o parque e como a prefeitura está agindo. Eduardo questiona se a prefeitura vai plantar mesmo alguma coisa. Afirmou ainda que nós não falamos sobre essas questões importantes para o parque porque ficou uma questão muito pessoal.

Mariana diz que quer fazer uma questão de ordem, que vai sair da reunião muito triste porque é impressionante como nós estamos nos autossabotando. É um conselho que está se autodestruindo porque justamente nós não conseguimos discutir o que importa, como Eduardo colocou. Temos, por exemplo, a presença do Pedro que tinha informações importantes para trazer sobre os SEIS que estavam fechados, tem um monte de coisa importante para poder discutir e a gente fica só discutindo questões internas. Quem falou, quem não falou, brigando entre a gente. Isso é realmente muito ruim e ela sai muito triste. Quer fazer uma questão de ordem e trazer para votação: nós combinarmos entre nós e aprovar tudo por e-mail, as duas atas que faltam, a quinta e sexta, e o prazo que nós damos: duas semanas. Nesse prazo Carla manda as duas atas, nós vamos ler e aprovar da mesma forma. É a proposta. E fazer com o regimento igual: já deu, mais uma reunião dessa que a gente fica discutindo a vírgula, ela não volta mais. E até passa que essa é a ideia mesmo, é minar. Que a gente aprova o regimento por e-mail e se tiver diferença nós vamos na diferença pontual, e vamos dar um tempo específico para isso.

Eduardo diz que tem outra questão de ordem: que a próxima terça-feira de fevereiro vai cair no carnaval, então nós precisamos decidir se vamos mudar a nossa reunião para depois do Carnaval.

Carla pondera que o que Mariana acabou de dizer é o que nós já acordamos entre nós, mas nós não estamos executando. E acrescenta que o regimento não é antes do estatuto. Que o estatuto tem que vir primeiro.

Mariana diz que tem total discordância de nós entrarmos na questão do estatuto agora. A proposta dela é que aprovemos as burocracias que temos que aprovar. E vamos discutir o que importa, que é o Parque.

Ana Flor afirma que acredita que as aprovações têm que acontecer realmente por e-mail, todos façam a leitura e aprovamos. E argumenta que quem não respondeu está dizendo que sim. Inclusive na reunião, quem não está falando, quem não está discordando, está dizendo que sim. É assim que funciona. E pergunta que, para a proposta da Mariana aqui, nesse exato momento, se alguém discorda, fale para que possamos seguir para a questão de ordem do Eduardo.

Carla pede uma questão de ordem e diz que Madalena afirmou que ela não pediu para que Carla fizesse a leitura da ata, e sim quem pediu foi o Guilherme. Então que nós não estamos atentos aos combinados que fizemos entre nós anteriormente, porque nós já tínhamos combinado que a aprovação seria pelo e-mail e que seriam cinco/dez minutos para aprovação da ata em reunião. Mas, quando ela começou a ler, ninguém, nenhum de nós questionou que não era para ser feita a leitura, ou seja, nós todas não estamos atentas. O erro foi do Guilherme e nosso, porque ele falou “leia”, ela começou a ler, e ninguém argumentou para que não fôssemos a leitura e fôssemos para os outros pontos de pauta. E acrescenta, que o que ela está trazendo de importante, é que o estatuto social antecede hierarquicamente o regimento interno, que o regimento Interno depende do estatuto na jurisdição do Brasil. Carla ficou chocada e procurou a Liliane porque ela é advogada.

Ana Flor disse que nossa reunião ainda não começou, porque nós estávamos até agora só lendo a ata. Temos a questão de ordem do Eduardo, para responder e seguir a fila, e a reunião vai começar, ela pensa que é isso.

Guilherme informou que para terminarmos essa parte, atas e o regimento, nós iremos concluir por e-mail. Que ele solicitou que Carla fizesse a leitura porque nos outros conselhos que ele faz parte a leitura da ata é apenas quinze minutos. O erro foi dele, e nós vamos passar a cumprir a aprovação das atas por e-mail. Informou também, que referente ao regimento Interno, algumas pessoas fizeram pedidos de alterações, ele já fez e teria colocado o limite para dezembro para realizarmos todas as solicitações. Havíamos colocado data limite para dezembro, para finalizarmos todas as solicitações do regimento interno. Ele vai encaminhar novamente o documento com todas as alterações já feitas, para que possamos aprovar, dando mais uma semana, até terça-feira que vem, para que nós possamos concluir e aprovar o regimento interno para mandar para publicação. Referente ao estatuto, não chegou para ele que o parque teria que ter um estatuto. A sequência foi a orientação que a secretaria passou a ele: que teria que ter primeiro um regimento interno.

Foi aberta uma votação para decidirmos sobre a próxima reunião e a maioria escolheu a terça-feira pós-carnaval, que seria no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

Eduardo pede uma questão de ordem, e que Guilherme falou sobre uma semana para o regimento interno, ele acredita que duas semanas é mais razoável, por estarmos encima da hora.

Guilherme cobra que já disponibilizou o regimento há dois meses. Eduardo disse que está tudo bem, afinal de contas o Parque do Jockey não tem regimento. Sendo mais importante “batermos o martelo” entre nós, e decidir algo compactuado com todos do que atropelar.

Carla pede questão de ordem, e faz a leitura sobre termos jurídicos da hierarquia dos documentos: “o regimento interno deve obediência ao estatuto e à legislação superior do Código Civil do Brasil. O estatuto social antecede hierarquicamente, sendo superior ao regimento interno na estruturação jurídica de associações, cooperativas e organizações. O estatuto estabelece as bases legais, a natureza, os objetivos, a estrutura organizacional, funcionando como lei orgânica ou certidão de nascimento de uma instituição. Já o

regimento interno serve para detalhar as normas do dia a dia, a regulamentação das questões operacionais e se submete ao estatuto. O estatuto define o que é a organização e o regimento interno é subordinado, de obediência ao estatuto e à legislação superior. Alterar o estatuto costuma ser muito mais complexo e requer uma assembleia específica e geral, enquanto o regimento interno pode ter alterações céleres dentro de uma pequena assembleia.

Ou seja, Carla foi pesquisar na lei para dizer que primeiro seremos obrigados a fazer o estatuto para depois então construirmos o regimento interno. Não é algo que ela quer, é algo que a lei já estabelece. Senão nós não vamos existir como parque. E com todo respeito ao Guilherme e à Madalena, a Liliane deveria ter nos informado disso com antecedência, pois ela é a advogada representante da SVMA. Ou seja, se nós não fizemos o estatuto, nós não vamos existir enquanto parque. E Carla e todo mundo que está nessa reunião queremos o parque. É o que Carla falaria desde o início quando chegou na reunião: que o estatuto tem que ser confeccionado. Desde a última reunião que ela ficou pesquisando, lendo para entender e trazer nessa. E realmente em todos os conselhos que Carla participou, e Mariana também diz que participa de vários, o primeiro documento é o estatuto e posteriormente é o regimento. Cita também que Ana Flor está presente e sabe, quando fomos fazer o do Cupuaçu, realmente, por exemplo, primeiro fizemos o estatuto e depois o regimento.

O Hércules também está presente com a Cia Cambona.

O conselheiro Erneides também: primeiro é o estatuto, depois é o regimento. Nós erramos, nós pecamos, nós não estamos organicamente corretos. Carla sugere que nós, todas as pessoas do Conselho, pesquisemos essa semana o estatuto. O que tem na internet: o estatuto do Jockey e do Parque Villa-Lobos. Inclusive, desse último, tem três ou quatro páginas. Ela acredita ser importante que nós nos reunamos numa reunião extra. Carla, como conselheira e como primeira secretária, se dispôs a reunirmos. Segue o link de regulamento de uso do Parque Chácara do Jockey: [https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/regulamento\\_chacara\\_do\\_jockey\\_1545153688.pdf](https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/regulamento_chacara_do_jockey_1545153688.pdf) e o Estatuto de Operacionalização e Uso do Parque Villa-Lobos Parque Villa-Lobos: <https://semil.sp.gov.br/editais/wp-content/uploads/sites/7/2022/01/anexo-i-c-do-edital-estatuto-de-uso-pvl-1.pdf>

Para construirmos o nosso estatuto, apresentarmos o mesmo para a SVMA, e instituímos o nosso parque. Então aprovamos o regimento. E negrita que uma ação não impede a outra, que a construção do estatuto não anula a construção do regimento. Carla só está querendo que todas as pessoas entendam que, para sermos céleres, temos que construir o nosso estatuto para que possamos existir enquanto parque e pergunta se todos compreenderam.

Eduardo e Mariana falam juntos. Mariana sobressai a voz do Eduardo, que recua e se manifesta contra a proposta de Carla, e diz ainda, que temos que levar para votação isso: se nós escolhemos entrar em mais uma discussão burocrática do estatuto ou se a gente opta por fechar o regimento e deixar para fazer a história do estatuto mais para frente. Ela é radicalmente contra entrar em discussão de estatuto porque nós vamos ficar eternamente brigando entre a gente e não vai entrar na discussão que importa.

Carla argumenta que discorda completamente de Mariana porque ela não está falando de briga, ela está falando de jurisdição. E argumenta que se todas as pessoas estão no conselho, estão interessadas em constituir o parque. Primeiro nós precisamos fazer uma reunião entre nós e criar o estatuto. Isso é nosso e independe da secretaria. Nós criamos e enviamos. Fazemos uma reunião extraoficial, convocamos todos os conselheiros e conselheiras, e aqui está o nosso estatuto de fundamento. Liliane vai receber por e-mail, vai falar “isso aqui está dentro das normas, isso não está”, e é muito mais simples confeccionar um estatuto do que confeccionar um regimento interno. Diz a Mariana que o regimento depende do estatuto, são interligados.

Eduardo faz uma pergunta sobre a Lei 15.910 de 2013. Carla responde que sim, a lei está na frente dela, é a lei que regulamenta os conselhos dos parques. Carla responde que sim. Eduardo pergunta se isso já não está contemplado na lei. Além de uma lei específica que rege esses conselhos, todos os parques. Diz ainda que Liliane, que é advogada da prefeitura, todos os parques da cidade de São Paulo estariam irregulares. É só uma pergunta, possa talvez responder o estatuto.

Ao que Carla respondeu que no Parque do Jockey, no regulamento do plano diretor define os documentos e detalham o uso das atividades permitidas nas gestões, cuja elaboração, após ler esse pequeno trecho, Carla argumenta que estão falando várias coisas que são cruciais para nós sabermos. Porque por mais que a gente vá atrás da prefeitura com toda boa vontade, tem muita má vontade ali dentro. Vamos ser transparentes.

Eduardo questiona se Carla está lendo a lei dos conselhos.

Carla responde que sim, que é a lei que Eduardo acabou de citar, que ela buscou e teve acesso através da internet. E acrescenta um decreto que formaliza a criação dos parques na cidade de São Paulo, Decreto 55.791/2014. " Os estatutos do Parque Municipal Chácara do Jockey são redigidos por atos normativos da Prefeitura de São Paulo, com o decreto que criou o estatuto e a regulamentação do Conselho Gestor, focando na preservação ambiental, uso comunitário, atividades culturais e esportivas, e de acordo com o plano diretor, elaborado para guiar o seu ..." E aí vai, é um documento enorme. Argumenta ainda, que quando Pedro falou na última reunião e o Eduardo trouxe a informação de que o regimento interno do Parque do Jockey nem existe, na hora ela se atentou.

Como o regimento interno do Parque não existe, se Liliane disse que era a primeira coisa e o Parque do Jockey já está funcionando? Carla não quis falar no dia porque nós estávamos com outra pauta na reunião, e foi pesquisar. Buscou no Google, começou a ler as leis e faz completo sentido e pensou: estamos viajando. Participou da constituição do Grupo Cupuaçu, quando era mais nova, de vários outros conselhos. Nós estamos errados: primeiro é o estatuto, depois o regimento interno. E frisa novamente que uma coisa não anula a outra. O trabalho que nós já fizemos, o que o Guilherme está nos propondo, nós vamos seguir fazendo, vamos manter, não vamos abandonar. Porque nós precisamos de um regimento interno. O que Carla está propondo é que nós nos reunamos entre nós, isso independe de Madalena e Guilherme, elaboremos o documento do estatuto, que diz respeito a nós, da comunidade, não à secretaria. Colocamos no e-mail para Liliane. Reunimos e confeccionamos para sermos céleres, disse ela à Mariana, que está propondo que façamos agora esse documento, se não, nós não vamos existir enquanto parque. O

regimento Interno não tem a força do estatuto. O regimento Interno depende do estatuto, ele é embasado para ser construído no estatuto. A lei diz que o estatuto é o RG de uma instituição. Carla pondera que não é uma questão de concordar ou discordar, é a lei vigente na federação.

Mariana manifesta entendimento, mas discordância. Afirmou que tem diferença, que o que vai dar força para nós, é nós pararmos de brigar. Ao que Carla respondeu que não está brigando, então discorda de Mariana completamente.

Mariana segue dizendo que o que vai dar força para nós, é conseguirmos avançar em pautas reais, em pautas concretas, é não ficar discutindo. Ela não acredita na lei burguesa, ela acredita na força do povo, ela acredita na nossa organização. Ela acredita em um conselho que pensa em projeto e programa para o parque e não ficar discutindo eternamente quais são as leis que nos favorecem. Ela tem discordância, mas ela está entendendo.

Carla pondera, vai registrar em ata que procurou a Liliane, que ela está de férias como ela já disse, e o que a Mariana acabou de colocar aqui, não é a postura dela que Carla vê dentro do Conselho, nessas cinco reuniões que Carla participou. Então independente do que a Mariana está trazendo agora, o que Carla está colocando não depende de sua opinião íntima, privada, não é pessoal. É a lei que rege o fundamento de um parque no Brasil, no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo. Ela, como conselheira votada e legítima, o que ela está trazendo para todo mundo e para a Madalena e Guilherme, é que nós temos que nos reunir e elaborarmos o nosso estatuto. E enxerga, se Mariana está colocando uma objeção, é porque ela não quer que o parque seja constituído. E Carla quer e ela vai atrás disso. Como Carla é conselheira votada e legítima, ela está afirmando que como munícipe, moradora, ela quer que o parque exista, ela vai atrás deste estatuto e ela quer saber se os demais vão atrás também ou não.

Guilherme pondera que o que ele entende, vê, é que os parques têm o regimento interno do Conselho Gestor e o regulamento de uso dos parques. Ele não sabe se o estatuto caberia para parques, empresas ou associações, porque parque não tem CNPJ, mas é um achismo dele. Então nos pede para mantermos a aprovação até dia dezesseis de fevereiro, do regimento interno, e ele vai buscar através de e-mail hoje mesmo, informações com o pessoal da secretaria para saber como funciona essa questão de estatuto, porque ele não tem conhecimento disso, então ele não pode responder. E acrescenta, que Carla citou a lei, se está na lei tem que ter, mas ele tem que confirmar com o pessoal da secretaria como funciona isso também para passar a informação correta para nós. Pede para que nós foquemos no regimento interno para que possamos finalizá-lo.

Como funciona entre nós, Conselheiros, e o Estatuto funda o Parque. Dá as diretrizes do que poderemos fazer em relação ao Parque instituído, institucionalizado. Então se os presentes ali, estão com vontade de ter um parque, e essa é vontade plena e absoluta o motivo que a trouxe ao Conselho. Nós temos que fazer o Estatuto e como ela já havia falado, voltou a apontar, um não anula o outro. Nós temos que ter regimento. O que ela propôs e registrou em ata, é uma reunião entre Conselheiros e Conselheiras, independente da Secretaria, de Liliane, que naquele momento encontrava-se de férias, para criarmos o estatuto que é uma escolha simples objetiva e potente, Convida Pedro Comuna que está presente, Mauro que é um morador, e qualquer munícipe, afinal é o Estatuto de um Parque.

E concluiu, que faríamos o estatuto e desse Estatuto tiraríamos nosso regimento. Cita também O Código de regras do município, são várias leis, ela foi atrás da constituição, e viu hierarquicamente, a gente tem que ter, ela tinha que sair da reunião, já passavam das dezesseis horas. Solicita ainda a Guilherme um diálogo extra para finalizarem as atas, dentro das regras exigidas. Ao que ele respondeu que iriam conversar sobre.

Marísia pede a palavra, e argumenta que sobre o Estatuto, àquela hora já haviam saído Conselheiros, pelo avançar das horas, e ela acreditava que não teríamos uma resposta, mas que veríamos depois. E expos uma dúvida, que Carla trouxe essa questão de um Decreto, que criou Estatuto e Regulamentação para todos os Parques. Marísia pensou se não existe um Estatuto geral, e a prefeitura não estaria irregular, porque tem um estatuto geral para todos os parques.

Ao que Carla respondeu, acreditar que estatuto geral não existe, que cada parque é específico. Que ela leu dois como já citou acima, pois quando busca no Google aparecem centenas, mas ela leu esses dois que são próximos a nós. O que ela entende é que cada Parque tem o seu, pois a lei o compara ao RG do Parque, ou seja, nascimento, fundação. Carla perguntou quem estava presente na reunião, pois ela estava ao celular, e não tinha acesso geral. Necessitava registrar em ata quem compareceu, e só sabia da presença até aquele momento, de quem se manifestou. E começa a registrar os nomes, Ana Flor, Erneides, Marísia, Maisa, Guilherme, Mariana, ela e Eduardo, e pergunta se tem mais alguém, ou se foram embora. Guilherme cita Pedro Comuna, que ainda se encontra presente, e ficou de fornecer a Carla um print da tela, onde constava todas as pessoas que compareceram à reunião.

Carla questionou se mais alguém estava, acompanhou a reunião e saiu. E Eduardo respondeu que depois sai nesse link, no print quem compareceu, o nome de todas, e que ele tem uma questão para Carla.

Marísia manifesta que é a vez dela, ela teria que se retirar da reunião, e perguntou ao Guilherme se das três atas que Eduardo fez, Guilherme mandou uma versão final. Depois a Carla levantou questões e Guilherme fez uma outra. Se que o Guilherme enviar será a versão final, ou ficará remandando.

Ao que Guilherme respondeu que só enviará as versões finais. E o regimento interno, da mesma forma, será encaminhado para todas, após terem sido feitas as observações e alterações. Não ficará mais essa questão de encaminhar e depois voltar refazer e encaminhar novamente. Encaminhará para todas as pessoas, as versões finais que serão publicadas.

Eduardo toma a palavra e afirma que não recebeu as três atas que Marísia fez referência que Guilherme refez. Guilherme respondeu que fez as alterações que Eduardo e Carla solicitaram. Eduardo diz que é bom Guilherme mandar todas, e argumenta que em relação a ata que foi lida na reunião, ele discorda dos palavreados dizendo que ele foi, e algumas questões, mas enfim. Ele não vai levar em consideração, acha que não está de acordo com a ata. A questão dele, é que a ata não está falando questões do Conselho, está faltando questões pessoais do que aconteceu. E Carla tinha falado uma vez, quando ele ainda estava fazendo as três atas, que as atas fossem colocadas à disposição, enquanto escritas. Ele queria saber se era possível, os documentos que são feitos, nós acessarmos

e fazermos contribuições. Foi uma demanda sugerida por Carla no começo, e que nunca conseguimos colocar em prática. Reconheceu que o trabalho para realização das atas é enorme, então se nós pudermos colaborar, para construção e fazer uma ata dinâmica será bom.

Carla perguntou se era sua vez.

Guilherme respondeu ao Eduardo, que haviam pensado no Google Drive, mas Liliane retirou essa possibilidade. A questão do e-mail é a que seguiremos, quem finalizar a ata, encaminha a todas as demais, para que todos coloquem as observações, serão feitas dessa forma.

Guilherme passa a palavra a Carla, que começa de trás para frente em resposta a Eduardo. Ele está querendo acatar a sugestão que ela deu no início, que nós fossemos mais dinâmicos, que confeccionássemos as atas todas juntas. E que ela se colocou para escrever a ata, porque as mesmas não estavam constando, o que nós todas falávamos. Pondera a Eduardo, que se ele não gostou do que ele leu, é muito importante que ele faça uma reflexão. Porque ela não acrescentou, não interpretou, não colocou palavras dela. As palavras que estão em ata, saíram da boca de cada pessoa que as proferiu. E Liliane, Guilherme, e demais pessoas presentes que no caso, são imparciais, no caso Madalena, podem dizer que se o que está escrito lá é verídico ou mentira. Porque ninguém discordo, a Marísia, foi a única que fez um comentário de acordo.

Carla negritou que não pode mudar as palavras de Eduardo, e tem algo muito importante, nós não acabamos de ler a ata. Porque na outra ata Eduardo ficou debatendo com Ana Flor, ele disse na outra ata, que ele não escrevia o que Hércules e Carla falavam, e quando a Sônia foi defender lo, Ana Flor argumentou que era o que Eduardo havia acabado de falar. Então Carla trouxe uma reflexão, Eduardo como homem, como branco, como privilegiado e como conselheiro do parque e secretário. A Liliane chamou a atenção dele reiteradas vezes, na reunião em questão, porque Eduardo agrediu Carla, chamou ela diversas vezes de mentirosa, ao ponto de até a Mariana, que é amiga de Eduardo, afirmar a ele na ocasião, que aquilo não cabia ali, não era prioritário. Mas, Eduardo não desistiu de desrespeitar Carla. Até que Liliane afirmou que Eduardo estava sendo agressivo, não deixava ninguém falar sem interromper, e estava inclusive, sendo agressivo com ela. Ao que não ocasião Eduardo respondeu que iria registrar isso em ata, e Liliane respondeu por gentileza escreva. Carla afirma que estava lá, e ela é do Teatro, fala muito e escreve muito, e não muda a palavra de ninguém. O que foi escrito em ata, saiu da boca do Eduardo. E quanto a ele não conseguir ler a ata porque é extensa, ele tire um tempo para ler, porque ela teve muitas dificuldades para realizar esse trabalho de escrita. E que ela não estava verbalizando para atacar ele ou quem quer que seja, o que ela estava dizendo, é que nós estamos demonstrando quem somos.

Carla acredita que estamos falando as dores internas que temos, em relação ao Parque. E ela discorda de todas que falam que isso não tem nada a ver com o Parque. Pois tem haver, está tendo uma luta de egos de quem vai fundar o Parque. Carla afirma que por ela, pode ser a Associação, a Cia Cambona, o José Antônio (Tão) o Cupuaçu. Ela quer o Parque aberto, ela quer o Parque funcionando. Quer que nós trabalhemos, cantemos, toquemos, dancemos. Quer ver a Cia Cambona lá dentro, Erneides (Dinho) lá dentro, José

Antônio (Tião) lá dentro, Ana Flor lá dentro. Carla quer se ver, lá dentro, é isso. Então se todos que estão.

Mariana pede licença e se retira da reunião nesse momento, às dezesseis.

Carla manifesta que também necessitaria sair, mas conclui, que não tem essa de " eu não concordei eu vou mudar a ata ", ata não é interpretação, ata é inclusão do que faltou. Carla errou o nome da Marísia, pediu desculpas, não sabia o nome delas Marísia e Maisa, não sabia que escrevia de um jeito e falava de outro. Mas, o que cada pessoa falou, tem que ser registrado, e temos que assumir o que falamos. Isso serve para nós nos pensarmos, tomarmos um gole de água antes da reunião, contarmos até quarenta, e não agredirmos ninguém. Acrescenta ainda que Eduardo e Wanderley, tumultuaram todo o grupo. É triste, mas é a verdade. E concluiu tudo bem, bola pra frente.

Explicou ainda, que Eduardo falou quanto ao pilantra, não é Eduardo que falou pilantra. O que consta em ata, é que Eduardo trouxe à reunião, que Wanderley o chamou de pilantra. Carla não sabia disso, foi Eduardo que contou, que Eduardo estava com má compreensão do que foi escrito. Argumenta ainda, que ao finalizar a ata, todas as pessoas lerão, e que ela tinha que sair, pois ia a outro trabalho, e ainda teria que se deslocar, se remetendo a Guilherme.

Guilherme, toma a palavra e diz que vamos finalizar.

Carla questionou a quem ainda estava presente, se faríamos a reunião para construção do Estatuto.

Todos foram se despedindo e saindo, antes do Guilherme dar a reunião por finalizada.

Pedro se manifestou disponível a participar. Ao que Carla acrescentou então vamos fazer esse Estatuto, pois ela quer o Parque aberto a Comunidade geral, e é Conselheira oficial e munícipe, todas nós temos direitos. Repetiu a proposta de reunirmos, fazermos e enviamos as demais pessoas.

Carla ficou de falar com Pedro, e registrou em ata, e agradeceu a quem ainda estava presente, Ana Flor

Nada mais havendo a tratar, o Coordenador Suplente do Conselho Gestor do Parque Fonte do Peabiru, Guilherme declarou encerrada a sexta reunião ordinária do Conselho Gestor do Parque Fonte do Peabiru às dezesseis horas e trinta e três minutos. E eu Carla Fabiane Modesto, Conselheira e Primeira secretária do Conselho Gestor lavrei a presente ata e assino.

Estiveram presentes os conselheiros e conselheiras que assinaram a Lista de Presença, constante como ANEXO 1 desta Ata.

São Paulo, 23 de abril de 2026.

Conferência:



---

Carla Fabiane Modesto  
Conselheira e Primeira secretária do Conselho Gestor  
**Parque Fonte do Peabiru**

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA MADALENA DE VASCONCELOS**  
Data: 17/04/2026 09:41:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Maria Madalena de Vasconcelos  
Coordenadora do Conselho Gestor  
**Parque Fonte do Peabiru**

Documento assinado digitalmente  
 **GUILHERME HENRIQUE SILVA PEREIRA**  
Data: 04/08/2026 16:11:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Guilherme Henrique Silva Pereira  
Coordenador Suplente do Conselho Gestor  
**Parque Fonte do Peabiru**